



INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO PARA AS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975, TENENTE-GENERAL ALÍPIO TOMÉ PINTO. [Só serão válidas as palavras proferidas pelo orador]

Exmo. Senhor Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, a sua presença a todos nos Honra e que eu muito agradeço.

Permita-me que na Pessoa de V.Ex.^a cumprimente todos os presentes. O meu obrigado. Bem Hajam.

A vós me dirijo agora como Presidente da Comissão para as Comemorações dos 50 anos do 25NOV75, data esquecida, e por alguns (poucos) contestada; mas por muitos lembrada com alegria e reconhecimento por trazerem a Bom Caminho os objetivos prometidos em 25ABR74.

Hoje estamos aqui a assinalar, recordar e homenagear, aqueles que a 25NOV75 arriscaram as suas vidas para atingirem os fins que Jovens Capitães prometeram em 25ABRIL74 e que, depois de alguns acontecimentos políticos, que se sucederam a um ritmo incontrolável, entrou num caminho preocupante, em especial após o 11 de março de 75, que teve, como consequência a:

- Indisciplina social, medo, nacionalizações de fábricas, empresas, seguros e bancos;
- Fuga de pessoa e bens, ocupações de terras e de casas;
- Greves e delapidação de reservas financeiras;
- Para onde caminhamos? era pergunta usual e preocupante.

Na sequência das primeiras eleições para a Assembleia Constituinte, **surgiu o documento guia Povo-MFA**, onde o Primeiro-Ministro lançou o famoso

grito “Tomada do poder pelos trabalhadores” e, **como resposta**, foi elaborado, pela grande maioria dos participantes do 25Abril74, o designado “**Documento dos Nove**” sob a forma de **Protesto** e com forte aderência de militares, população e Partidos Políticos, especialmente do PS, do PPD e do CDS.

Esta resposta nacional, ficou ainda mais clara, através da grande manifestação promovida pelo Partido Socialista, na Fonte Luminosa em Lisboa, para onde afluíram, vindas de todo o país, milhares de pessoas, inclusive de outros partidos, apesar das barricadas colocadas no acesso à capital.

Sucedem-se depois uma série de acontecimentos, que agravaram o clima anárquico nas Forças Armadas e na sociedade civil e, tudo se precipitou quando, algumas das unidades revolucionárias, se recusaram a aceitar a decisão do Presidente da República, relativa à substituição do Comandante da Região Militar de Lisboa, incluindo a contestação de algumas tropas paraquedistas ao CEMFA, com o apoio do COPCON, que ocuparam diversas Bases e tentaram a prisão dos respetivos Comandantes.

Assim, no dia 25NOV, o Estado-Maior-General das Forças Armadas emitiu uma nota oficiosa, avisando os sublevados que usaria da força caso não repensassem a sua atitude e, o Presidente da República, aceitou a intervenção do Grupo Militar dos Nove, proposta pelos Maj. Eanes e, pela parte política, defendida pelo Maj. Melo Antunes.

Foi declarado o Estado de Sítio na Região Militar de Lisboa, que permitiu desencadear as operações militares subsequentes, cujo epicentro se situou em Monsanto e na Calçada da Ajuda em Lisboa e que conduziria a 2 dias de confrontos em que há a lamentar 3 mortos.

É oportuno lembrar e homenagear os militares Comandos que, a partir de outubro de 1975 (DL 577-A/75), aceitaram reingressar de novo no seu Regimento, largando empregos e família, para mais uma vez, estarem ao serviço de Portugal.

Para além do Regimento de Comandos, também tiveram um papel relevante nas operações levadas a cabo em 25NOV75: a Força Aérea, o Regimento de Cavalaria de Estremoz, a Escola Prática de Infantaria em Mafra, a Escola Prática de Cavalaria de Santarém, o Centro de Instrução Antiaérea de Cascais e uma Companhia da Região Militar Norte.

Mas destaque, fundamentalmente, a importância que teve a ação disciplinada das Forças Armadas como um todo, e que conseguiram repor a normalidade democrática, em respeito profundo da Lei e do Direito, porque:

- As Forças Armadas cumpriram as ordens do seu Comando Supremo, o Presidente da República;
- Exigiram um corpo legislativo que enquadrasse as suas ações e decisões tomadas;
- Asseguraram a liberdade de movimentos em todo o território nacional através do Exército; desencorajaram os revoltosos através dos voos rasantes da Força Aérea, evitaram confrontos desnecessários pela tomada de posição, tanto pelos paraquedistas vindos de Angola em não intervir, como pelo assumir da expectativa estratégica, em que a Marinha se decidiu em manter;
- Os cortes de comunicações, instigadoras de violência, na rádio e na TV evitaram o alerta social e, finalmente;
- A ação corajosa e altamente controlado dos militares dos Comandos que garantiram a realização completa dos objetivos determinados.

Conseguiu-se, assim, repor o espírito inicial do 25Abril74 e retomar o caminho para uma democracia parlamentar europeia, normalizando as Forças Armadas, repondo a autoridade hierárquica e a disciplina.

Termino, citando Sophia de Mello Breyner, deputada à Assembleia Constituinte em 10 de dezembro de 1975: *“Não compete ao Exército fazer a política, mas sim defender a liberdade da vida política”* e, acrescento: O 25 Abril74 e o 25Nov75 não têm dono, pertencem ao Povo, que em voto livre e seguro, elegeu os seus representantes e neles delegou a responsabilidade de criarem condições de segurança e confiança para salvaguarda de Direitos, Liberdades e Garantias Constitucionais.

Com a permissão de Sua Excelência o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, vou fazer a leitura da mensagem enviada pelo Senhor General Ramalho Eanes, Comandante das Forças Militares que se empenharam no 25NOV75:

[LEITURA DA MENSAGEM DO GENERAL RAMALHO EANES]

Grato pela Vossa atenção.

Lisboa, 25 de Novembro de 2025

O Presidente da Comissão Comemorativa do 25 de Novembro

Alípio Tomé Pinto (TGen Ref)